

**“ EXPRESSÕES DO IBERISMO – UM ESTUDO DO PENSAMENTO
POLÍTICO LATINO-AMERICANO: BRASIL E URUGUAI” .**

O iberismo como categoria de análise.

“O mundo português, à época dos descobrimentos, talvez não fosse medieval em toda a sua extensão, mas a alma portuguesa encontrava-se impregnada desta herança. Como resultado, pode-se constatar o seguinte: enquanto os outros reinos estavam perdendo a crença nas hierarquias e na validade de coisas como tradição e obediência, os portugueses mantinham-se fiéis a tais concepções.”¹.

Portugal, que havia conquistado a unidade política em torno do rei, permitindo-lhe aventurar-se na conquista de novos mercados, não participou da confecção do que seria a “bandeira” europeia na afirmação de sua hegemonia e de seu próprio reconhecimento como missionária: a idéia de civilização. Por civilização, através da elaboração francesa, podemos interpretar, num primeiro momento, como a ampliação dos hábitos de Corte para o restante de sociedade.

“...já no século XVIII, não havia mais qualquer grande diferença em costumes entre os principais grupos burgueses e a aristocracia. E mesmo que, com a ascensão mais forte da classe média a partir de meados do século XVIII—ou, em outras palavras, com a ampliação da sociedade aristocrática através da maior assimilação de grupos importantes da classe média—comportamento e costumes mudassem devagar, isto aconteceu sem ruptura, como continuação direta da tradição aristocrática de corte do século XVII. Tanto a burguesia de corte como a aristocracia de corte falavam a mesma língua, liam os mesmos livros e observavam, com gradações particulares, as mesmas

¹ Ver Maria Emilia Prado. *Op. cit.*

maneiras. E quando as disparidades sociais e econômicas explodiram o contexto institucional do ancien régime, quando a burguesia tornou-se uma nação, muito do que originariamente fora caráter social específico e distintivo da aristocracia de corte, tornou-se, em um movimento mais amplo, e sem dúvida com alguma modificação, caráter nacional.²”.

O conceito de civilização, posteriormente, confunde-se com a idéia de unidade nacional, a partir da existência de classes sociais definidas que se encontram no espaço de ações políticas, e no universo de hábitos e costumes, postas do mesmo lado ou em combate. E é este conceito que vai permear as relações entre as nações européias e destas com outras ainda em processo de estruturação. A proposta de civilização é um constante aprimoramento das instituições dentro de uma ordem reformista, preservando a “unidade dos costumes tradicionais”³ distanciando a nação cada vez mais da barbárie. Porém, a pertinência a uma determinada classe social é bastante definida, pois é esta separação que permite uma unidade de costumes: estes não se atêm a apenas uma classe, eles partem de uma e se tornam nacionais, e mais ainda, no caso da França, universais. O indivíduo se reconhece e se comporta como parte de uma classe, e posteriormente, como parte de uma nação. Entende-se, portanto, “europeísmo”, como civilização, expresso em diferentes graus, a partir de diferentes formas de apreensão. Portugal, portanto, não estava entre as nações européias que cumpriam esta “receita civilizatória”, por preservar tradições que esta ordem reformista insistia em questionar. Era uma sociedade pouco definida no que diz respeito à divisão de classes, o que provocava um reconhecimento muito mais pessoal do que de classe, e no todo, nacional.

“Precisamente a comparação entre elas e as da Europa de além-Pirineus faz ressaltar uma característica bem peculiar à gente da península Ibérica, uma característica que

² Norbert Elias. *O processo civilizador*. (trad.) Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, v.1, p.51-52.

³ Norbert Elias. *Op.cit*, p.63.

ela está longe da partilhar, pelo menos na mesma intensidade, com qualquer de seus vizinhos do continente. É que nenhum desses vizinhos soube desenvolver a tal extremo essa cultura da personalidade, que parece constituir o traço mais decisivo na evolução da gente hispânica, desde tempos imemoriais....Para eles, o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste. Cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes”⁴.

Essa cultura do personalismo se materializa na escolha da competição, em detrimento à cooperação, onde o sentido de coletividade não se faz presente. “Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida.”⁵O indivíduo não se une a outro, buscando a construção de uma unidade com características comuns, ele não se reconhece no outro, embora trave “relações de intimidade”, numa organização de não iguais e de hierarquia, presente aí uma concepção aristotélica de mundo. A partir desta “cultura do personalismo”, é possível esboçar o perfil da sociedade portuguesa que aceita o domínio deste traço nas suas manifestações sociais: pleno reconhecimento do mérito e responsabilidade individuais, repulsa pela moral fundada no culto ao trabalho, admiração pela vida do grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação, reduzida capacidade de organização social, onde a solidariedade aparece apenas em âmbito doméstico, subordinação da razão⁶.

“Pois os ingleses compraram o pacote moderno, convertendo-se talvez nos mais modernos dos europeus, a despeito, ou devido ao fato, de terem evitado a elegância racionalista francesa e a metafísica compensatória alemã. Os

⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. cit.*, p.32.

⁵ *Ibidem.*

⁶ *Ibidem.*

ibéricos foram mais cautelosos. Acompanharam as questões-chaves durante o final da Idade Média e então, no umbral da modernidade, mantiveram suas posições... Em suma, o mundo ibérico reformulou e manteve alternativas do período formativo da civilização ocidental que têm um interesse cada vez maior para os grandes dilemas de nossos dias”⁷.

O mundo ibérico resignou-se a ser passado; esta foi a sua escolha. Legou aos seus colonizados não somente uma reafirmação da tradição aristotélica, mas também uma visão de mundo muito particular presente na construção destas novas nações, construção esta pontuada de ações arbitrárias que vinculam o seu passado aos produtos ideológicos do mundo moderno e contemporâneo, numa permanente insubmissão aos códigos forjados pelo mundo anglo-saxão⁸. O iberismo constituiu-se como um elemento de determinação estrutural, impondo-se aos atores e às circunstâncias, importando, para uns, um caminho natural de obscurantismo, autoritarismo e burocratismo para a vida política e social, e, para outros, a preservação de uma ética moderna não individualista e comunitária⁹.

A persistência desta herança ibérica na nossa formação histórica¹⁰ se fez presente em todas as ações políticas empreendidas pelo homem iberoamericano na tentativa de pôr em curso o processo de independência e a conseqüente formação de Estados Nacionais.

Este processo se constituiu como uma emancipação política de suas metrópoles. Esperava-se que com a independência tempos novos surgissem, onde, na concepção dos letrados liberais, a liberdade, a justiça e o progresso, a riqueza deveriam florescer na América¹¹. Cabia então a geração que sucederia a dos libertadores políticos a conclusão deste processo, isto é, a elaboração de um

⁷ Richard M. Morse. *O espelho de próspero: cultura e idéias nas Américas*. (trad.) São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

⁸ Ver Rubem Barboza Filho. *Op. cit.*

⁹ Ver Luiz Werneck Vianna. *Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*. In: O pensamento de Oliveira Vianna. Elide Rugai Bastos, João Quartim de Moraes (orgs.) Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p.354.

¹⁰ *Ibidem.*

¹¹ Ver Maria Ligia Coelho Prado. *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p.68.

conjunto de medidas que visasse a transformação do homem iberoamericano em um indivíduo.

Neste momento, as atenções se voltaram para a organização liberal de seu sistema político e para a valorização dos supostos que presidem a teoria do liberalismo, implicando isto um forte movimento de recusa à herança ibérica. Era necessário construir novos Estados, com instituições que garantissem a ordem e o controle sociais, mas que também conferissem legitimidade aos que governavam¹².

Porém, a despeito de todos os esforços empreendidos, o passado do homem ibero-americano insistia em não se converter em autêntico passado¹³; ele seguia sendo um presente que não se decidia a ser história. O liberalismo político e o sistema de representação se mostraram inviáveis em cenários onde não havia cidadãos¹⁴. Muito embora existam diferenças nos processos de independência e constituição dos Estados nacionais brasileiro e hispânico, um de caráter consensual e outro de caráter conflitivo, o dilema quanto ao passado é comum a ambos.

A América Ibérica necessitava ainda conquistar uma autonomia do intelecto, uma emancipação mental¹⁵. Correntes do pensamento político aportaram por aqui com a função de identificar as falhas produzidas pelo liberalismo, sem contudo, anular as mudanças estruturais obtidas com a sua implantação; concentramos nossas atenções na doutrina positivista, que baseada na idéia de progresso, se ocupava das questões não equacionadas pelo liberalismo, tais como integração nacional (no Brasil, com a Escola de Engenharia), cidadania, educação e a questão indígena.

Seu arsenal teórico era bastante atrativo: o destaque dado à educação; a condenação da Monarquia em nome do progresso, onde a república apareceria como a encarnação da última fase da lei dos três estados; a separação entre Igreja e Estado; e a idéia de ditadura republicana, apelando a um Executivo forte e

¹² Ver Maria Ligia Coelho Prado. *Op. cit.*, p.73.

¹³ Ver Leopoldo Zea. . *El pensamiento Latinoamericano*. Barcelona, Editorial Ariel, 1976

¹⁴ Ver Luiz Werneck Vianna. *Op.cit.*

¹⁵ Ver Leopoldo Zea. *Op.cit.*

intervencionista ¹⁶.O positivismo foi um instrumento de severa crítica ao individualismo das sociedades anglo-saxônicas, da sua visão de liberdade e práticas democráticas. Por conta disto, propôs um enfoque holista e de uma sociedade orgânica cuja estratificação era baseada no saber.

Mas os efeitos esperados não vieram com a intensidade desejada. O apelo à integração e aos valores comunitários, feito nas circunstâncias de desigualdade social extrema, de luta intensa pelo poder e um certo desarranjo financeiro, caía no vazio ¹⁷. Nada havia transformado a velha e discutida herança ibérica. O positivismo, a chamada filosofia do progresso, se mostraria em fins do século XIX, aos olhos de uma nova geração, a geração com a qual se inicia a história contemporânea do pensamento da América Latina, como a filosofia do retrocesso¹⁸.

Não havíamos conseguido ainda lidar com o nosso passado de modo que ele não fosse um obstáculo à modernidade.

Buscamos, com isso, um entendimento quanto ao diferente papel desempenhado pela tradição ibérico-barroca na trajetória destes países: enquanto que no Brasil no início do século próximo passado, ela foi determinante na elaboração de propostas de construção da nação, no Uruguai sua presença não foi impeditiva quanto à construção de uma institucionalidade incorporadora. O que nos permite afirmar que, no Brasil, a maioria das análises a respeito da presença da herança ibérica na formação social brasileira avançou muito mais em direção à ação política do que no Uruguai, onde se restringiu ao campo da cultura, a uma espécie de preservação de uma *hispanidad* que poderia não estar necessariamente vinculada à ação do Estado.

É instigante pensarmos de que forma nos relacionamos com estes nossos vizinhos de fronteira. Nós e eles, herdeiros de traços formativos oriundos de um mesmo mundo, o ibérico, mundo que ficou parcialmente à margem de um

¹⁶ Ver José Murilo de Carvalho. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p.27.

¹⁷ *Ibidem*, p.31

¹⁸ Ver Leopoldo Zea. *Op. cit.*, p.409-410.

processo de mudanças que estruturaria o mundo moderno, desenvolvendo uma variante civilizacional do Ocidente¹⁹.

Estamos falando, vale reforçar, do período compreendido entre as últimas décadas do século XIX até a segunda década do século XX, época que começava a ser delineada em definitivo pela atuação dos intelectuais brasileiros, não somente a partir da sua já estabelecida relação com o Estado, mas principalmente pela sua constituição enquanto membro de um grupo social com status de classe²⁰. Se ampliarmos as fronteiras e nos remetermos ao “mundo civilizado”, veremos que as transformações sociais ocorridas no Brasil tinham nele o seu foco irradiador: a nova dinâmica do sistema capitalista, expressa em um desenvolvimento constante da civilização mecânica e industrial; e uma estruturação da mentalidade cientificista / tecnológica como fornecedora destes padrões baseados em desenvolvimento e em progresso; esses eram os grandes elementos para as mudanças no Ocidente.

Estes intelectuais tentavam construir nossa identidade, redesenhando nossa tradição, recompondo a nossa história e refundando o nosso passado, através principalmente de duas vias: a política e a cultura, dotados de uma lucidez que os permitia enxergar que uma simples adaptação de idéias implicaria em um previsível fracasso. Os diferentes modelos de identidade nacional que assim foram elaborados tinham no passado colonial e imperial, na excelência de nossas tradições e na ação da Igreja Católica o seu elemento básico de formação²¹. Podia-se então, pensar a nação brasileira pela elaboração do pensamento político e/ou pela expressão literária. Os intelectuais desta época tentavam conhecer o Brasil, num processo de autoconsciência e por isso, suas inquietações eram direcionadas à construção de um projeto nacional, cientes de seu papel social. Para estes intelectuais, a conquista pela nação brasileira de uma posição no mundo ocidental era urgente, e eles estavam a frente desta importante missão, onde se destacaram a persistência na busca por uma originalidade brasileira, invalidando uma transposição de valores. O Estado, para a maioria deles, se

¹⁹ Ver Rubem Barboza Filho. *Tradição e artifício- iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2000.

²⁰ Ver Daniel Pécaut. *Os intelectuais e a política no Brasil* trad., São Paulo, Ática, 1990.

²¹ Ver Lúcia Lippi Oliveira. *A Questão Nacional na primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990, Introdução.

constituiria como o grande viabilizador na aplicação destes projetos: o Estado construiria a nação. Eles desejavam estabelecer, com suas análises um marco na passagem de um nacionalismo naturalista, ou romântico, para outro de temática político-social²². A atmosfera na capital do país era de grande atividade intelectual, aliada ao desenvolvimento de estudos sistemáticos de literatura.

Tendo estes intelectuais a imprensa como palco informal para exposição de idéias, escolhemos como fonte privilegiada para a nossa pesquisa o mensário *Revista do Brasil* que em sua primeira fase que circulara entre 1916 e 1925, se transformou num importante fórum de discussões a respeito das chamadas questões nacionais²³. Monteiro Lobato, como seu editor, fez questão de enfatizar, em editorial, o caráter democrático da revista, que não se prendia a correntes ideológicas, nem tinha como público leitor somente acadêmicos; era uma forma adotada que visava fazer da revista um instrumento de proteção aos elementos nacionais:

“A Revista do Brasil é uma publicação aberta ao público, aos que pensam, aos que desenham, aos que investigam, aos que sentem. Não de fecha ao leigo, ao principiante, ao obscuro, ao sem nome. Tanto acolhe as manifestações intelectuais do consagrado pela imortalidade acadêmica, como as de um simples curioso: não olha nunca para o nome que subscreve a contribuição e sim para esta somente. Tendo valor o trabalho, aceitá-lo com o maior prazer. Porque está no seu programa ser um reflexo da alma nacional, essa alma brasílica sufocada pelo estrangeirismo invasor e pelo snobismo infrene das grandes capitais. Abrindo-se ao público só assim ela realizará o seu programa de espelho da nação, onde se reflitam todas as manifestações da nossa mentalidade.”²⁴

²² Ver Boris Fausto. *O pensamento nacionalista autoritário(1920-1940)* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.,2001

²³ Ver Tania Regina De Luca *A Revista do Brasil. Propostas para a (N)ação*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFCH, 1996.

²⁴ Monteiro Lobato. *Editorial*. *Revista do Brasil*. outubro, 1919.

A partir dela, busca-se uma individualização da experiência histórica brasileira, através de um olhar sobre o seu passado, ao mesmo tempo que foi feita uma tentativa de inseri-la no Ocidente, como parte de um receituário modernizador futuro para o país. Eles, os intelectuais, escrevem com uma direção determinada. O sonho era corrigir o Brasil, e este fora materializado em 1930, quando o Brasil realizou uma tentativa fundamental no sentido de entrar no ritmo da história, tornar-se contemporâneo do seu tempo, organizar-se segundo os interesses dos seus setores sociais mais avançados. Foi nesta década que se formularam as principais interpretações do Brasil Moderno, configurando uma compreensão mais exata do país. Muito do que se pensou antes é polarizado e decantado nessa época. E muito do que se pensa depois emana das interpretações autoritárias formuladas então. Os prenúncios do Brasil moderno esbarravam em pesadas heranças de escravismo, autoritarismo, coronelismo e clientelismo.

Portanto, o papel do intelectual no Brasil passou a ser bastante ativo, dando-lhe a oportunidade de vislumbrar suas propostas vertidas em práticas políticas.

Já no Uruguai, foi possível uma incorporação de princípios liberais ao sistema institucional, aliada à presença do Estado na criação da ordem política e da nação. Ao mesmo tempo, o Uruguai conseguiu consolidar, a partir desta institucionalidade, ainda em meados dos anos 20, os componentes democráticos, expressos num processo de incorporação, participação e representação política de diferentes grupos sociais, além da capacidade de atuação demonstrada pelas instituições. Isto foi possível graças a uma bem sucedida aliança entre os reformadores urbanos (os *Colorados*) e os conservadores rurais (os *Blancos*), constituída ainda nos primeiros anos do século XX.

Vários estudos já buscaram uma explicação a respeito deste peculiaridade uruguaia, e ao que parece, há um consenso quanto à definição da razão disto: uma combinação singular na sua cultura política entre partidos, ideologias e opinião

pública²⁵. Tradições transmitidas geracionalmente, que diziam respeito à existência e reprodução de uma experiência política partidária, democrática e pluralista; ideologias que se manifestavam em pólos bastante definidos, reformistas e conservadores.

Consensos sobre decisões políticas cruciais da democratização foram possíveis na medida em que o sistema educacional criou uma sociedade que se não chegada a ser culta, era alfabetizada, o que possibilitou a influência crescente dos meios de comunicação na formação de uma opinião pública²⁶.

E assim, ao consolidar ainda nos anos 20 estes princípios democráticos, o Uruguai se distanciava cada vez mais dos outros países da América Latina (incluindo o Brasil), e abria espaço para que nas décadas posteriores, os mitos do “Uruguai feliz”, e “Suíça da América”, fossem claramente vivenciados²⁷.

Com isso, as análises dos intelectuais uruguaios que trabalhavam com o iberismo nesta época contavam com um cenário bastante diferente daquele que fora encontrado pelos brasileiros, mas que, ainda assim não estava de todo livre das dificuldades desta porção do continente americano. Sem questões políticas imediatas a serem resolvidas, o intelectual uruguaio irá se questionar, então, quanto à força do contexto cultural latino americano. José Henrique Rodó, o interlocutor privilegiado de toda a argumentação literária e política uruguaia, representará bem este comportamento²⁸. Não fazia parte da preocupação deste intelectual e daqueles que sofreram sua influência a construção ou restauração da nação, mas sim expressar sua inquietação frente a uma tendência ao predomínio cultural norte americano²⁹, obrigando-o a uma defesa apaixonada de uma tradição ibérica que dava os fundamentos culturais latino americanos. Mais que isso, a proposta deste grupo polarizado intelectualmente por Rodó era recuperar idéias que diziam respeito à formação de uma espécie de confederação de nações

²⁵ Tentaremos trabalhar não apenas com o conceito de opinião pública, mas sobretudo com aquele elaborado por J. Habermas, em sua obra já clássica, *Mudança estrutural da esfera pública: o conceito de esfera pública literária*.

²⁶ Ver Miguel Serna. *Op. cit.* Será fundamental esta análise em nossa pesquisa, pois ela executa, nas palavras do próprio autor, uma “metaintepretação analítica” das explicações sobre a democracia uruguaia, ou ainda, uma importante releitura de grande parte da produção acadêmica que versa sobre este tema.

²⁷ Ver Miguel Serna. *Op.cit.*

²⁸ Ver José Henrique Rodó. *Obras Completas*. Buenos Aires, Ed. Zamora, 2^a ed, 1956.

²⁹ Ver Leopoldo Zea. *El pensamiento latinoamericano*. Barcelona, Editorial Ariel, 1976.

de origem ibérica, buscando com isso uma identificação do Brasil com as nações de origem espanhola³⁰, através da *Revista de Literatura y Ciencia Sociales*, criada por eles em 1890, na Universidad de la Republica de Montevideo. É nela que Rodó, Victor Pérez Petit, Carlos Martinez Vigil e Daniel Martinez Vigil têm a chance de se auto proclamarem “neoidealistas”, elaboradores de uma doutrina mais atenta às realidades próprias da América Latina³¹, e de tentarem buscar construir uma identidade latinoamericana,

³⁰ Analisaremos ao longo do trabalho um discurso proferido por Rodó na assinatura do Tratado Merim-Yguarón entre Uruguai e Brasil em 7 de maio de 1910, onde ele trata justamente desta questão.

³¹ Ver Leopoldo Zea. *Op. cit.*,p.413.